Capítulo 1

❖ Modelos de Comunicação e os seus autores

A semiótica depende do que se entende da comunicação. A comunicação é vastíssima e é certo que toda a comunicação se faz através de sinais e que esse facto constitui o bastante para estudar os sinais, sobre o que são, que tipos de sinais existem, como funcionam, que assinalam, com que significado, como significam, de que modo são utilizados.

Nos estudos da comunicação distinguem-se duas grandes correntes de investigação :

- Escola Processual - uma que entende a comunicação sobretudo como fluxo de comunicação
- Escola da Semiótica - entende a comunicação como uma "produção e troca de sentido"

A ideia de comunicação é uma transmissão de mensagens, obra de **Shannon e Weaver, A teoria Matemática da Informação de 1949.**

O modelo de comunicação apresenta : uma fonte que passa a informação a um transmissor que a coloca num canal (pode ser sujeito ao ruído) que leva a um receptor que a passa a um destinatário.

Contudo Shannon e Weaver expressam que o seu modelo não se limita apenas a problemas técnicos da comunicação, mas também se sujeitam a problemas semânticos e problemas pragmáticos da comunicação.

Distinguem-se então três níveis no processo comunicativo :

- **O nível técnico** - relativo ao rigor da transmissão dos sinais
- **O nível semântico** - relativo à precisão com os signos transmitidos convêm ao significado desejado
- **O nível da eficácia** - relativo à eficácia com que o significado da mensagem afecta da maneira desejada a conduta do destinatário

A partir desse primeiro objetivo desenvolveram-se conceitos cruciais para os estudos da comunicação, como quantidade de informação, quantidade mínima de informação, redundância, ruído, transmissor, receptor, canal

Exemplo

Comentado [1]: pág. 17/18

Para além das questões levantadas a nível semiótico e de eficácia no modelo de Shannon e Weaver, elas não são de primordial importância. As questões não se colocam sobre a formação das mensagens da sua estrutura interna, da sua adequação ao que significam, da sua relevância, **mas sim sobre a sua transmissão, partindo-se do pressuposto de que as mensagens estão já determinadas no seu significado**.

O modelo semiótico de comunicação é aquele em que a ênfase é colocada na criação dos significados e na formação das mensagens a transmitir. Para que haja comunicação é preciso criar uma mensagem a partir de signos, mensagem que induzirá o interlocutor a elaborar outra mensagem e assim sucessivamente. As questões cruciais nesta abordagem são de cariz semiótico.

- Que tipos de signos se utilizam para criar mensagens,
- Quais as regras de formação,
- Que códigos têm os interlocutores de partilhar entre si para que a comunicação seja possível,
- Quais as denotações
- Quais as conotações dos signos utilizados, que tipo de uso se lhes dá.

O modelo semiótico de comunicação não é linear, não se centra nos passos que a mensagem percorre desde a fonte até ao destinatário. A comunicação não é tomada **como um fluxo, antes como um sistema estruturado de signos e códigos.**

❖ Tipos e classificações de signos

Há muitos e diversos tipos de signos e qualquer definição de signo deverá ter em conta não só a polissemia do termo signo, mas sobretudo a diversidade dos próprios signos. Mesmo a definição mais geral de signo como algo que está por algo para alguém reclama que se especifique melhor essa relação de **"estar por para"**.

1. **Sinais são signos que desencadeiam mecânica ou convencionalmente uma ação por parte do receptor**. Os sinais de rádio e de televisão, por exemplo, provocam nos respectivos receptores determinados efeitos.

2. **Sintomas são signos compulsivos, não arbitrários, em que o significante está associado ao significado por um laço natural.** Assim, a febre é um sintoma de doença, tal como a geada nocturna é um sintoma de que a temperatura atmosférica desceu até zero graus centígrados.

3. **Ícones são signos em que existe uma semelhança tipológica entre significante e significado.** (são signos. Estabelecem uma relação direta com a realidade; representam algo). Uma pintura, uma fotografia são ícones na medida em que

possuem uma semelhança com o objeto pintado ou fotografado. Subtipos de ícones são as imagens, os diagramas e as metáforas. **Os diagramas, como os planos de uma casa, têm uma correspondência topológica com seu objeto. As metáforas têm uma semelhança estrutural, de modo que é possível fazer uma transposição de propriedades do significante para o significado.**

4. **Índices são signos em que o significante é contínuo ao significado(A mensagem não está completa, apenas existe uma sugestão. Há ligação direta entre o signo e o seu objeto).** Um tipo importante de índices são os didáticos,as expressões que referem demonstrativamente, como "este aqui" ou um relógio também é um índice do tempo.

5. **Símbolos são signos em que, não havendo uma relação de semelhança ou de continuidade, há uma relação convencional entre representante e representado (não há ligação ou semelhança entre o signo e o objeto. Só são percebidos por quem os conhece)**. Os emblemas, as insígnias, os estigmas são símbolos.

6. **Os nomes são signos convencionais que designam uma classe extensional de objectos.** Enquanto os signos que designam intencionalmente o fazem mediante uma propriedade comum do objecto, os indivíduos que se chamam "Joaquim" apenas têm em comum o nome.

❖ Umberto Eco e as classificações de signos

Uma vez apurada a diversidade dos signos, é imprescindível proceder à sua classificação.Tal delineamento induz a uma melhor compreensão da natureza das relações sígnicas e constitui uma excelente pedra de toque nas definições de signo. O afã classificatório de Charles S. Peirce deve ser entendido como uma busca de rigor na análise dos processos semióticos. Umberto Eco compendia e expõe sistematicamente as diversas classificações de signos.

1. **Os Signos diferenciam-se pela fonte.** Os signos que provêm do espaço sideral são diferentes dos signos emitidos por animais, que por sua vez são diferentes dos signos humanos.

2. **Os signos diferenciam-se pelas deduções a que dão a ocasião**. Esta diferenciação engloba a distinção tradicional entre signos artificiais e signos naturais, em que os primeiros são conscientemente, com a intenção de comunicar, e os segundos provêm de uma fonte natural. por vezes, estes últimos, designados de indícios, não são considerados signos (Buyssens). O motivo invocado para esta exclusão é de que os signos artificiais significam (interpretam algo), ao passo que naturais envolvem uma inferência.

A diferença entre associação (signos artificiais) e inferência (signos naturais) pode ser subsumida nas diferentes formas de inferência.

3. **Os signos diferenciam-se pelo grau de especificidade sígnica**. Há signos cuja única função é significar, como no caso das palavras, e outros que só cumulativamente significam, como no caso dos objectos de uso.

4. **Os signos diferenciam-se pela intenção grau de consciência do seu emissor.** Há signos que são emitidos propositada e intencionalmente, com o fito de comunicar, e há signos emitidos espontaneamente, que revelam involuntariamente qualidades e disposições. Os primeiros são chamados signos comunicativos e os segundos expressivos.

5. **Os signos diferenciam-se pelo canal físico e pelo aparelho receptor humano.** Consoante os diferentes sentidos, olfato, tato…

6. **Os signos diferenciam-se pela relação ao seu significado.** Os signos podem ser unívocos, equívocos, plurívocos, vagos. Os signos unívocos só admitem uma interpretação. Os signos equívocos têm uma interpretação ambígua ou duvidosa. Os signos plurais tem vários significados. Os signos vazios apresentam uma definição indefinida.

7. **Os signos diferenciam-se pela qualidade do que é replicável do significante**. Há signos intrínsecos, que usam como significado uma parte do seu referente. É o caso das moedas de ouro, que significam o seu valor de troca, mas que também significam seu próprio peso em ouro.O oposto são as palavras, puramente extrínsecas, sem valor próprio que podem ser multiplicadas ao infinito. Os signos distinguem-se assim por serem réplicas diferentes, umas que apenas significam algo exterior, e outras que significam também algo que lhes é próprio e único.

8. **Os signos diferenciam-se pelo tipo de relação pressuposta com o referente.**

9. **Os signos diferenciam-se pelo comportamento que estipulam no destinatário.** Charles Morris faz a distinção entre signos identificadores, designadores, apreciadores, prescritores e formadores. Os signos identificadores são similares aos índices de Peirce, os designadores são os signos que significam as características de uma situação especial-temporal. Os apreciadores significam algo dotado de um estado preferencial em relação ao comportamento a ter. Os prescritores comandam um comportamento e, finalmente, os formadores são os signos que, aparentemente privados de significado, servem para conectores aos signos complexos. Tradicionalmente são conhecidos por sincategoremáticos.

10. **Os signos diferenciam-se pelas funções do discurso.** São essas funções a referencial, em que o signo se refere a qualquer coisa, a emotiva, em que o signo pretende suscitar

uma resposta emotiva, fática, em que o signo visa manter a continuidade da comunicação, a imperativa, em que o signo transmite uma injunção, a metalinguística, em que os signos servem para designar outros signos e, finalmente, a estética, em os signos se usam para suscitar a atenção sobre o modo como são usados, fora do falar comum.

Capítulo 2

- **Galeno**

No séc. II, Galeno vai originar outra tradição no estudo dos sinais ou sintoma, a da semiótica médica. Sendo difícil situá-lo numa das escolas, é certo que aceita como sua a divisão da medicina em três ramos : a semiótica, a terapêutica e a higiene

Há depois três tipos de sintomas.

- Diagnósticos quando, a partir dos sintomas, se declara um estado;
- Prognósticos quando, a partir de certos signos, o médico prevê o que se vai passar;
- Terapêuticos quando a observação dos sinais provoca a necessidade de um tratamento.

Galeno tem fundamentalmente uma preocupação semântica, já que inquire tão só pela significação dos sintomas, mas esta exige também uma sintáctica, porque os mesmos sintomas acompanham várias doenças, pelo que bom diagnóstico passa antes de mais por saber olhar à forma como tais sintomas se conjugam. A sintática permite passar com sucesso à dimensão semântica dos sintomas.
A ordem dos sintomas, comuns e particulares, interessa tanto ao **diagnóstico** como ao **prognóstico**, pois também neste último caso um mesmo sintoma verificado no início ou termo de uma doença de uma doença significará de formas diferentes. O mesmo sucede na **terapêutica**. Pela gramática dos sinais se pode decidir a adequabilidade de uma terapia, alguns tratamentos, em geral eficazes.

- **Santo Agostinho**

Agostinho é exclusivamente movido por um interesse religioso, mas este leva-o a tocar os mais diversificados campos do saber humano, incluindo a filosofia da linguagem, sendo ele o primeiro autor a apresentar uma verdadeira teoria semiótica.

As suas obras mais importantes : *De Magistro e De Doctrina Cristiana.*

No diálogo *De Magistro* começa por estabelecer o estatuto de signo :

- **as palavras são sinais de coisas;**
- **nem todos os sinais são palavras;**
- **não podem ser sinais coisas que nada significam**

O problema proposto, aqui em disputa, é: podem as realidades ensinar-se por meio de sinais ? Agostinho conclui que não

- Porque o sinal é sempre inferior à coisa significada (excepto em termos axiológicos);
- Depois, porque os sinais são apreendidos pela consideração das realidades, e não o contrário.

Mais se aprende o sinal por uma realidade já conhecida, do que a própria realidade por um sinal dado. Uma vez conhecida a realidade e o que ela significa, é que nós aprendemos a força das palavras, isto é, a significação escondida no som; bem ao contrário de percebermos essa realidade por meio de tal significação.

***De Doctrina* é um texto fundador, por insistir nas dimensões significativa e comunicacional da semiótica, mas também porque confere impulso decisivo ao alegorismo universal, forma que configura todo o saber medieval e renascentista até meados do século XVII.**

Dois aspectos há a salientar na densa floresta de signos que o homem medievo habita. A pansemiotização é "selvagem" no sentido em que tudo é fala, e os significados são atribuídos de forma arbitrária recorrendo ao saber antigo e ao conhecimento enciclopédico das coisas – a regra que opera aqui é que as coisas visíveis, por semelhança, revelam as invisíveis; mas o estabelecimento dessas correlações afigura-se sempre algo delirante.

O mundo é um conjunto de signos sabiamente dispostos pela mão de Deus e o homem seu intérprete.

Deve-se suspeitar de sentido segundo também para as expressões semanticamente pobres, nomes próprios, números e termos técnicos, que estão, evidentemente, por outra coisa – e daqui surge o gosto pela hermenêutica numerológica e a pesquisa etimológica.

- ❖ **Semioticistas portugueses**

Pedro Hispano (1220 - 1277) - obra - Summulae Logicales - onde considera as diferentes classes de signos, a significação e a suppositio

Ficou muito justamente célebre por este seu tratado de lógica – onde esboça uma a teoria da significação e aborda a suppositio

Signo verbal é aí definido como "*vox significativa ad placitum*" **(som que significa segundo a fala)**, a qual "*ad voluntatem instituentis aliquid representat*" (**representa algo à vontade do instituidor),** distinguindo-se assim da "*vox non-significativa que auditui nihil representat, ut buba*" **(basicamente, não é signo verbal)** , e ainda dos signos naturais, como os gemidos ou o ladrar de um cão. As unidades significativas podem depois ser simples (nomes e verbos) ou compostas (oração e proposição). O significado é a representação de uma coisa por meio de um som vocal convencional; de forma que o signo verbal resulta formado por um som vocal significante, e uma representação ou significado.

Pedro Fonseca - Instituições Dialéticas - se ocupará da *suppositio*, e dos tipos e divisões de signos

Três géneros de nomes e de verbos: construídos pela *mente*, pela *voz*, e pela *escrita;* sendo os da voz signo dos que estão na mente; e os escritos signo dos que estão na voz. Tais signos podem ainda dividir-se em formais, isto é, imagens das coisas significadas gravadas no intelecto; e instrumentais, ou seja, " coisas que, postas à frente das potências cognoscentes, conduzem ao conhecimento de outra".Os sinais podem ainda ser naturalibus ou ex instituto, sendo os primeiros os que, pela sua natureza, têm a propriedade de significar algo, como o riso é sinal de alegria, e o gemido de dor; e os segundos aqueles que significam por imposição, como as palavras, ou por um costume amiudemente repetido.

João de São Tomás - (1589) - O Tratado dos signos (Curso Filosófico) - apresenta como inovação mais radical o facto de pela primeira vez encarar a semiótica como uma problemática autónoma da qual todos os outros tipos de conhecimento dependem

Para João de São Tomás a semiose é condição prévia à interação com o mundo e, já num patamar superior de percepção, à comunicação entre indivíduos.

A primeira preocupação do *Tratado dos Signos*, seguindo aliás uma terminologia já estabelecida na escolástica peninsular, é taxonómica.

João de São Tomás divide e classifica os diversos tipos de signos, que se situam no domínio da significação, adoptando duas perspectivas distintas - *formal* e *instrumental*.

O signo formal é constituído pela percepção, que é interior ao cognoscente, não é consciente e representa algo a partir de si. O signo instrumental é o objeto ou coisa que, exterior ao cognoscente, depois de conscientemente conhecido, representa algo distinto de si próprio.

A segunda perspectiva adotada por João de São Tomás para classificar os signos é o ponto de vista em que estes se relacionam ao referente. Desta perspectiva, dividem-se os signos em *naturais*, *convencionais* e *consuetudinários*. O signo natural é o que pela sua própria natureza significa alguma coisa distinta de si, e isto independentemente de qualquer imposição humana, razão pela qual significa o mesmo junto de todos os homens. O signo convencional é o que significa por imposição e convenção humana, e assim não representa o mesmo junto de todos os homens, mas só significa para os que estão cientes da convenção. O signo consuetudinário é o que representa em virtude de um costume muitas vezes repetido, mas que não foi objeto de uma imposição pública explícita.

João de São Tomás passa a explicar em que consistem as relações *secundum esse (segundo ser) / secundum dici (segundo o que se diz)*, que utiliza para analisar os signos, conceitos estes que se filiam diretamente na doutrina aristotélica sobre o tema.

São Tomás vai sustentar que já Aristóteles estabelece a existência de relações *secundum esse*, isto é, relações cujo carácter fundamental é ser para outra coisa, não à maneira de uma denominação extrínseca, mas enquanto traço essencial do seu próprio modo de existir.

Pelo contrário, as relações *secundum dici* são aquelas onde subsiste alguma coisa de relativamente independente — *absoluto* — entre os relacionados, e portanto a totalidade do seu ser não é ser para outro; ao passo que nas relações *secundum esse* todo o seu ser consiste nesse ser para outro, como sucede por exemplo, no caso da semelhança ou da paternidade, pois toda a essência de tais relações se orienta para o termo, de forma que desaparecendo o termo, a própria relação não subsiste; mas quando existe, possui realidade ontológica autônoma e própria, isto é, independentemente de ser ou não conhecida.

Em termos de concepção, o *Tratado dos Signos* destina-se a explicitar e desvelar, utilizando esta lógica das relações, a peculiaridade dos fenómenos perceptivos, a sua ligação com a estrutura ontológica do mundo, e a maneira como é possível traduzi-la e plasmá-la em formas expressivas palpáveis e, mais importante ainda, comunicáveis a outrem.

Capítulo 3

- **Definição de Semiose**

Comentado [2]: para designar o processo de significação e a produção de significados, ou seja, a maneira como os seres humanos usam «um signo, seu objeto (ou conteúdo) e sua interpretação».

A semiose é o processo em que algo funciona como um signo. A semiose é tridimensional: ela contempla sempre um veículo sígnico, um designatum e um intérprete. Desta relação triádica da semiose podemos extrair diferentes tipos de relações diádicas, nomeadamente as relações dos signos aos objectos a que se referem e as relações entre os signos e os seus intérpretes. As primeiras relações cabem na dimensão semântica da semiose e as últimas na dimensão

pragmática. A estas duas dimensões acrescenta-se necessariamente a dimensão sintáctica da semiose que contempla as relações dos signos entre si.

- Cada uma destas dimensões possui termos especiais para designar as respectivas relações. Assim, por exemplo, “implica” é um termo sintático, “designa” e “denota” termos semânticos e “expressa” um termo pragmático. É deste modo que a palavra ’mesa’ implica (mas não designa) a sua definição ’mobília com um tampo horizontal em que podem ser colocadas coisas’, denota os objectos a que se aplica e expressa o pensamento do seu utilizador.

Capítulo 4

- **Signos simples e complexos**

A palavra “cavalo”, por exemplo, é um signo simples, enquanto “cavalo branco” é um signo complexo, formado a partir de “cavalo” e “branco”. Os signos simples podem unir-se para formar diferentes signos complexos: “cavalo cinzento”, “gato branco”, etc.

Poder-se-ia imaginar um conjunto sígnico apenas composto por signos simples. Para os exemplos acima referidos “cavalo branco”, “cavalo cinzento”, “gato branco”, inventar-se-iam termos sintaticamente simples, à semelhança de “talher” e “universidade”. Contudo, a inexistência de signos complexos aumentaria tremendamente o conjunto das unidades sígnicas e torná-lo-ia tão rígido que seria impossível utilizá-lo. Desde logo o suposto dicionário de uma língua natural composta apenas por signos simples seria incomensurável. Deixaria de haver substantivos, adjetivos, advérbios, verbos, conjunções, frases, parágrafos, asserções, interrogações, etc.

Por outro lado, sem signos complexos seria impossível exprimir novos significados e designar novas situações.

- **Regras de combinação de signos**

A partir de signos simples constroem-se signos complexos. De Leibniz a Chomsky este tem sido um tema intensamente estudado por filósofos, lógicos, semióticos e linguistas.

Leibniz concebeu uma *ars characteristica*, como a ciência a que incumbiria formar os signos de modo a obter, através da mera consideração dos signos, todas as consequências das ideias correspondentes, e uma *ars combinatoria*, como um cálculo geral para determinar as combinações possíveis dos signos.

Assim, dever-se-á poder, a partir de um conjunto finito de elementos básicos e usando um conjunto finito de regras obter todas as expressões possíveis numa língua.

As regras de formação determinam a construção de proposições e as regras de transformação determinam as proposições a inferir de outras proposições. As primeiras regras indicam-nos se uma proposição é ou não bem formada, as segundas estipulam as inferências entre proposições, isto é, determinam o cálculo proposicional.

Exemplos de regras de formação são as regras de construção sintáctica nas línguas naturais, como as regras de concatenação de artigos, substantivos e adjetivos, regras de concordância em género e número, etc. As regras de transformação de signos complexos correspondem às conhecidas regras de inferência lógica, e constituem o cálculo proposicional.

Capítulo 5

- **Sentido e Referência**

Todos os signos significam, quer dizer, têm um significado. Por natureza e por definição não há signos sem significado, pois que o significado é precisamente aquilo pelo qual estão para alguém. Agora o que é o significado, esse é um dos maiores problemas de toda a semiótica e que constitui o campo da semântica.

Numa obra marcante da semântica do Século XX, *The Meaning of Meaning* de 1923, Ogden e Richards apuram nada menos que dezasseis definições de significado, desde a definição de significado como propriedade intrínseca às palavras, passando pelas definições, entre outras, de significado como conotação, essência, consequências práticas, emoção, até às definições de significado como sendo o que é referido.

Frege chega à distinção entre significado e referência partindo da questão sobre a igualdade. Frege defende que a igualdade é uma relação de signos. Ele argumenta do seguinte modo: as proposições “a = a” e “a = b” possuem valores cognitivos diferentes; enquanto a primeira é, em linguagem kantiana, um juízo analítico que nada de novo nos ensina, a segunda representa bastas vezes uma importante ampliação do conhecimento. A descoberta de que é o mesmo sol, e não um novo, que cada manhã nasce constitui um dos conhecimentos de maior alcance na astronomia.

Aqui há que introduzir um novo elemento. Para além da referência deve-se considerar o significado do nome ou do signo. O significado consiste na forma como o objecto é dado. A mais valia cognitiva da proposição "a = b" relativamente a "a = a" reside justamente em "a" e "b" se referirem de modo diferente ao mesmo objeto.

O significado de um nome ou signo é apreendido por quem conhece a língua ou o conjunto dos signos em que esse signo se enquadra. Normalmente um signo tem um significado e a esse significado corresponde uma referência. O mesmo significado e a correspondente referência têm em diferentes línguas diferentes expressões.

Nem sempre a um significado corresponde uma referência. A expressão "o corpo mais afastado da Terra" tem certamente um significado, mas é questionável se ela refere algum objecto.

Frege sublinha enfaticamente que o significado não é uma representação subjectiva. O significado é objetivo. A representação que uma pessoa faz de um objeto é a representação dessa pessoa e é diferente das representações que outras pessoas têm do mesmo objecto. A representação de uma árvore, por exemplo, varia de pessoa para pessoa, e isso torna-se bem patente quando lhes pedimos para desenhar uma árvore. Cada uma fará um desenho diferente. O significado de árvore, em contrapartida, é comum a todos aqueles que o apreendem.

A questão é ainda mais evidente na frase "Um círculo quadrado é uma impossibilidade geométrica". "Círculo quadrado" não designa manifestamente nada, mas a frase é cheia de significado. Tem aqui cabimento perguntar se uma proposição não terá apenas significado. Frege responde que se assim fosse, isto é, que se uma proposição tivesse apenas significado, então não faria sentido investigar a referência de um dos seus elementos, pois que bastaria o significado desse elemento.

A distinção fregeana entre significado e referência abre caminho à distinção hoje mais comum entre intensão e extensão e de extrema importância na semiótica actual. A intensão de uma expressão é o conjunto de atributos (qualidades e propriedades) das entidades a que a expressão se refere, e a extensão da expressão o conjunto de objectos ou características a que se refere.

- **Concepções duais e concepções triádicas dos signos**

A concepção dual de signo abstrai da referência, considera-o uma questão ontológica e não semiótica, enquanto a concepção triádica de signo considera o referente uma parte

integrante da relação sígnica. Saussure e Peirce são respectivamente os representantes máximos das concepções de signo referidas.

Saussure considera o signo linguístico como uma entidade psíquica de duas faces, que pode ser representado pela figura:

Conceito (significado)
Imagem acústica (som que faz)

"Estes dois elementos estão intimamente unidos e postulam- se um ao outro. Quer procuremos o sentido da palavra latina *arbor*, quer investiguemos qual a palavra com que o latim designa o conceito "árvore", é evidente que só as aproximações consagradas pela língua nos aparecem conformes à realidade e, por isso, afastamos qualquer outra que se pudesse imaginar."

A partir da acepção do signo linguístico como entidade de duas faces, Saussure procede à sua caracterização. Desde logo, Saussure apura a arbitrariedade do signo. A associação entre significante e significado é arbitrária. O vínculo que une as duas faces do signo é de natureza convencional, ele assenta num hábito colectivo. "Assim, a ideia de "pé" não está ligada por nenhuma relação à cadeia de sons [p] + [e] que lhe serve de significante; podia ser tão bem representada por qualquer outra: provam-no as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes"

"Podemos, portanto, dizer que os sinais puramente arbitrários realizam melhor do que os outros o ideal do processo semiológico; é por isso que a língua, o mais complexo e o mais difundido dos sistemas de expressão, é também o mais característico de todos; neste sentido, a linguística pode tornar-se o padrão geral de toda a semiologia, ainda que a língua seja apenas um sistema particular."

É pela arbitrariedade que o signo se distingue do símbolo: "O símbolo nunca é completamente arbitrário; ele não é vazio; há sempre um rudimento de ligação natural entre o significante e o significado."

Quando dizemos que o signo é arbitrário isso "não deve dar a ideia de que o significante depende da livre escolha do sujeito falante; queremos dizer que ele é imotivado, isto é

arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem, na realidade, qualquer ligação natural."

Como segunda característica do signo linguístico Saussure aponta a linearidade do significante. "O significante, porque é de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo e ao tempo vai buscar as suas características: a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão; é uma linha."

Esta linearidade caracteriza o signo linguístico na medida em que, enquanto acústico, o distingue dos signos visuais, passíveis de serem apreendidos simultaneamente.

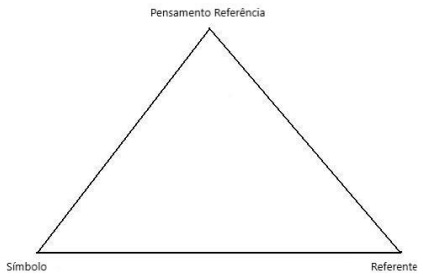
A terceira característica do signo reside na sua mutabilidade e imutabilidade. Paradoxalmente, o signo linguístico é simultaneamente mutável e imutável. Parece ser uma contradição, mas a contradição desaparece atendendo às diferentes perspectivas em que o signo é mutável e imutável. O signo é imutável pela simples razão de que "relativamente à comunidade linguística que o emprega, o signo não é livre mas imposto. A massa social não é consultada, e o significante escolhido pela língua não poderia ser substituído por qualquer outro. Não só um indivíduo seria incapaz, se o quisesse, de modificar no quer que fosse a escolha que foi feita, mas a própria comunidade não pode exercer a sua soberania sobre uma só palavra: ela está ligada à língua tal como é."

Saussure apresenta quatro razões para a imutabilidade dos signos linguísticos. Antes de mais o carácter arbitrário do signo. É que "para que uma coisa seja posta em questão é preciso que assente numa norma racional. Podemos, por exemplo, discutir se o casamento monogâmico é mais racional do que o poligâmico e apresentar argumentos a favor de um ou do outro.

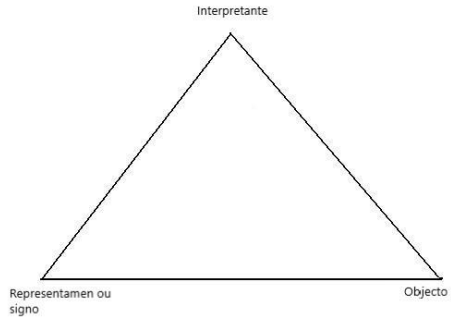
Segundo, a enorme quantidade de signos necessários para constituir qualquer língua torna o sistema tão pesado que é quase impossível substituí-lo por outro. Terceiro, a complexidade do sistema. A língua é um sistema tão complexo que mesmo a maior parte dos falantes desconhecem o mecanismo que lhe está subjacente. Por fim, há a resistência da inércia colectiva a todas as inovações linguísticas. Saussure considera mesmo que, de entre todas as instituições sociais, a língua é a mais resistente à mudança na medida em que é a mais utilizada pelo maior número de indivíduos de uma comunidade. "A língua é, de todas as instituições sociais, a que oferece menor margem às iniciativas. Ela incorpora a vida da comunidade, e esta, naturalmente inerte, aparece antes de mais como um factor de conservação."

A concepção triádica do signo é bem ilustrada no célebre triângulo de Ogden e Richards, em que na base do triângulo se encontram o símbolo, no lado esquerdo, e o referente, no lado direito, e no topo o pensamento ou referência. Como na base do triângulo não há uma

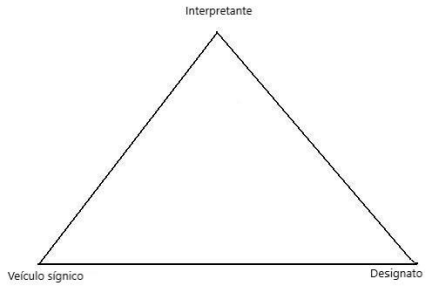
relação directa entre símbolo e referente, a relação entre estes dois é indirecta, mediada pelo pensamento ou referência que se encontra no topo.



Ogden e Richards



Peirce



Morris

A estrutura triádica do signo mantém-se a mesma. Utilizando a distinção de intensão e extensão de uma expressão, dir-se-á que o interpretante constitui a intensão de um signo e que a sua extensão reside na classe de objectos que o signo pode referir mediante o interpretante.

O triângulo semiótico pode representar-se a teoria dos signos de Saussure como contemplando apenas o lado esquerdo do triângulo. Significante corresponderia a símbolo e significado a pensamento ou referência. Ora tal como Saussure também Peirce considera que a relação entre signo e interpretante é convencional (ao contrário de Ogden e Richards, que consideravam haver relações causais nos dois lados do triângulo). A diferença reside efetivamente na dimensão extensional do signo que a semiótica de Saussure não contempla.

Capítulo 6

- **O signo como ação**

Com as palavras não se dizem apenas coisas, também se fazem coisas. É nisso que reside a força ilocucional da língua, na terminologia de Austin. "Faço coisas ao dizer algo (...) O ato locucional tem um sentido, o acto ilocucional tem uma certa força no dizer-se algo."

Que é a força ilocucional, isto é, a capacidade de fazer coisas com a língua?

Para se dar uma resposta, há que fazer a distinção austiniana entre constatativos e performativos. Constatativos são todas aquelas afirmações que verificam, apuram, constatam algo: "A mesa é verde", "sinto-me cansado" - São afirmações que podem ser verdadeiras ou falsas.

Por sua vez, os performativos não descrevem, não relatam, não constatam nada, não são verdadeiros nem falsos, eles fazem algo ou então são parte de uma ação. O noivo que diz: "Eu, fulano tal, aceito-te, fulana tal, como minha legítima esposa" na cerimónia do casamento, não narra coisa alguma, ele está pura e simplesmente a fazer uma coisa: a casar-se com a fulana tal. E não se casa, se não disser (fizer) isso.

O acto de fala, o fazer falando, tem assim uma determinada força: a força ilocucional. Mas um acto de fala, enquanto acção, pode resultar ou não resultar. Um acto de fala resulta quando entre o locutor e o ouvinte se estabelece uma relação, justamente a visada pelo locutor, e o ouvinte entende e aceita o que o locutor lhe diz.

Para que os performativos tenham lugar há que satisfazer certas condições. Austin enumera justamente seis regras que têm de ser seguidas por quem pretenda realizar actos de fala.

1. Tem de haver um procedimento convencional, geralmente aceite, com um certo efeito convencional, em que esse procedimento inclui o uso de certas palavras por determinadas pessoas em determinadas circunstâncias.
2. As pessoas e as circunstâncias específicas num dado caso têm de ser apropriadas para invocar o procedimento específico apropriado.
3. Todos os intervenientes têm de cumprir o procedimento corretamente.
4. Têm de o cumprir completamente.
5. Nos procedimentos para cujo cumprimento as pessoas têm de ter determinados pensamentos ou sentimentos, então as pessoas envolvidas têm de ter efetivamente esses pensamentos ou sentimentos e agir de acordo com eles.
6. Os intervenientes têm de agir também posteriormente de acordo com eles.

Se uma das condições não for satisfeita, então o acto de fala não se realiza. Quando resultam do incumprimento às primeiras quatro condições ou regras, chamam-se falhas, quando são infracções às duas últimas regras são designadas por abusos.

- Uma infracção relativa à primeira regra ocorre quando, por exemplo, alguém desafia para um duelo um habitante de um país onde a instituição do duelo é totalmente desconhecida.

- Uma infracção à segunda regra ocorre quando uma pessoa dá uma ordem a outra, sem contudo estar investido (em geral ou numa determinada situação) de autoridade para o fazer.

- Infrações à terceira e quarta regras ocorrem principalmente no direito, porque aí se exigem determinados rituais ou formas rigorosas. Na vida do dia a dia estes casos são habitualmente ignorados, na medida do possível. Porém, pode-se dizer que há uma infracção à regra três quando, por exemplo, alguém “desmarca a atividade desportiva marcada para amanhã” sem indicar de que actividade desportiva se trata.

- Uma infracção à quarta regra ocorre quando fulano diz a sicrano: “aposto contigo que...”, mas sicrano não aceita a aposta.

As infracções às últimas duas regras são de tipo bem diferente. O não cumprimento destas regras não implica só por si a não realização do acto de fala.

- Um exemplo típico de infracção a estas regras é uma promessa não cumprida. Se a pessoa A quando disse: "prometo-te que vou ter contigo ainda hoje" não tiver a intenção de ir lá, então existe uma infracção à quinta regra.

- Se A tinha de facto a intenção de cumprir a promessa, mas mais tarde reconsiderou em contrário, então trata-se de uma infracção à última regra.

Salientar o seguinte: apesar das infracções a promessa foi feita. Mesmo que o promitente não tenha à partida a intenção de cumprir a promessa, ele faz na mesma a promessa, unicamente a promessa não foi leal; se não cumprir o prometido, a promessa não deixa de ter sido feita, só que há um rompimento da promessa.

❖ **Tabela da página 116**

Modos de comunicação	**Tipos de actos de fala**	**Tema**	**Pretensões de validade**
Cognitivo	Constatativo	Conteúdo proposicional	Verdade
Interactivo	Regulativo	Relação interpessoal	Adequação, correção
Expressivo	Representativo	Intenção	Veracidade do elocutor